



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12972 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

GT21 DA ANPED E ABPN: UM OLHAR PARA OS 20 ANOS DA LEI 10.639/03

Clarissa Thaís Lima da Costa - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Érika Loureiro de Carvalho - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Ana Ivenicki - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

GT21 DA ANPED E ABPN: UM OLHAR PARA OS 20 ANOS DA LEI 10.639/03

Resumo: O resumo revela parte de resultados obtidos no levantamento da produção do conhecimento, presente nos anais das reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) com foco no GT 21 e no periódico da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), com o objetivo de analisar as abordagens multiculturais (IVENICKI, 2018, 2020, CANDAU, 2016) permeadas pela segunda década da promulgação da Lei 10639/03, entre os anos 2015 a 2019. O estudo apresentou possíveis tendências relacionadas à Lei 10.639/03, bem como conceitos circundantes e categorias teóricas pertinentes ao tema. Pretende-se contribuir com reflexões e ações acerca dos 20 anos de implementação da Lei.10.639/03, alinhadas a proposições multiculturalmente orientadas.

Palavras-chave: Lei 10.639/03; Multiculturalismo; Educação Antirracista, Educação Básica.

1 INTRODUÇÃO

Nos 20 anos da promulgação da Lei 10.639/03, a qual inclui na rede oficial de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, consideramos profícuo apresentarmos um olhar perante a referida Lei na Anped Nacional 2023 justamente quando o tema é “Educação e Equidade: bases para Ama(r)zonizar e Reconstruir o país”. Acreditamos que a referida Lei tem muito a contribuir com o tema proposto tanto por tratar-se, em nossa concepção de: Educação, Equidade, ama(r)zonização e, sobretudo, da reconstrução do país numa perspectiva multicultural.

Defendemos o GT 21 da ANPED como um importante banco de pesquisa para análise acerca da Lei 10.639/03, pois reconhecemos que o referido GT é resultante de disputas políticas e epistemológicas, asseguradas por estudos de cientistas que, há pouco mais de 20 anos, encontram-se engajados na busca por caminhos que vislumbrem a ruptura do racismo epistêmico.

Reconhecemos também a análise das produções acadêmicas da Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) voltadas para a Lei 10.639/09, por se tratar de um periódico que objetiva dar visibilidade às discussões sobre relações raciais a partir da produção de pesquisadores e intelectuais negros/as ou comprometidos com produção de conhecimento sobre relações étnico raciais e diásporas africanas.

Assim, busca-se por meio do GT 21 da ANPED e da Revista da ABPN, no que compete o acompanhamento científico da Lei 10.639/03, oportunizar, de forma consistente, a análise da aplicabilidade da referida lei.

2 OBSERVÂNCIAS DO ESTUDO

A Lei 10.639/2003, altera a Lei 9394/03 (LDB) estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Em concordância com Pereira (2019) e Rizzo e Marques (2020), pode-se afirmar a importância do Movimento Negro neste processo, por meio da articulação histórica de denúncias da unicidade de narrativa em paralelo à exposição das diversas histórias e memórias suprimidas e apagadas pelo imaginário secular do mundo moderno/colonial, descrito e apresentado por Mignolo (2005, p.37).

Para Candau (2012), a invisibilização das diferenças, presente nos discursos de universalização da igualdade, é um fator que contribui para a subalternização dos sujeitos, quando ela considera que “hoje não é possível se trabalhar questões relacionadas à igualdade sem incluir a questão da diferença, nem se pode abordar a questão da diferença dissociada da afirmação da igualdade” (CANDAU,2012, p.239).

Muito além do simples ato de descolonizar, a decolonialidade traz em seu conceito um sentido de reconstrução, de reconceituar o poder, o ser e o saber. “Decolonialidade é visibilizar as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas.” (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 25). Neste sentido, a perspectiva multicultural decolonial, diferente da abordagem multicultural liberal ou folclórica, pretende “analisar o currículo e suas relações com o poder, e subvertê-lo, em prol das identidades culturais e excluídas”, conforme Ivenicki (2018, p.1154).

Portanto, a Lei 10.639/03 pode ser reconhecida como possibilidade de inserção multicultural, visto que, conscientes da eficácia do racismo e epistêmico (MIGNOLO, 2015) enquanto reproduzidor de omissões seculares de saberes de grupos subalternizados, vislumbramos que o impacto do currículo na formação das identidades docentes afirmado por Ivenicki (2018) precisa da constante narrativa e luta antirracista protagonizada pelo Movimento Negro (PEREIRA, 2019).

3. LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO COM

PERSPECTIVAS MULTICULTURAIS E ANTIRRACISTAS NO GT21 E NA ABPN

A análise dos trabalhos do GT 21 é justificada por tratar-se de um Banco de Dados com pesquisas relacionadas às Relações Étnico-Raciais e Educação; análise esta complementada por artigos da Revista da ABPN, na busca de possibilidades multiculturais e/ou antirracistas promovidas pela Lei 10.639/03, no recorte temporal de 2015 a 2019.

Elencamos os trabalhos para o estudo no GT 21, contemplando os seguintes critérios:

- a. Seleção de 18 trabalhos no GT21 no site da ANPEd e de um Caderno Temático Afro Brasileiro composto por 38 artigos na Revista ABPN;
- b. Leitura dos resumos e palavras-chave relacionadas a Lei 10.639, multiculturalismo e educação antirracista;
- c. Análise qualitativa dos trabalhos do GT21(2015 a 2019) e do Caderno Temático (2018), com vistas a perceber as perspectivas multiculturais e/ou antirracistas acerca da Lei 10.639/03, a abordagem teórica e as possíveis implicações.

A partir do levantamento da produção do conhecimento localizadas no GT21 e na ABPN, comportando o estudo nos limites de tamanho para a submissão, analisamos as metodologias predominantes, as ênfases dos estudos e os desdobramentos relacionados à Lei 10.639/03 no período estabelecido.

No GT 21, observamos que os trabalhos selecionados apresentaram as perspectivas multiculturais e/ou antirracistas evidenciaram a importância de mudanças curriculares, valorizando a Lei 10.639/03. Em virtude das limitações do resumo estendido, apresentamos que tal constatação fica evidente, por exemplo, nos trabalhos de Almeida & Saravali (2015) e Oliveira (2015). Por outro lado, outros estudos revelaram a perspectiva multicultural e/ou antirracista, ainda que de maneira exógena, como os trabalhos de Cruz (2015), e Santos (2017).

No que se refere a revista da ABPN, por meio da busca pela palavra chave “Lei 10639/03”, detectamos 84 textos com abordagem direta sobre a referida lei no recorte temporal de 2015 a 2019; resultado que expressa o interesse da comunidade acadêmica na análise das ações desencadeadas a partir deste importante marco legislativo na luta antirracista e na educação étnico-racial. Destacamos para a análise deste estudo, 38 artigos que compõem o Caderno Temático História e Cultura Africana e Afro-Brasileira – Lei 10639/03 na escola, produzido em 2018 e que teve como finalidade estreitar os laços com os saberes culturais africanos e afro-brasileiros, traçando um panorama teórico e avaliativo sobre a influência e abrangência da referida lei no espaço escolar, no tocante à história africana e afro-brasileiras, historicamente negada e invisibilizada.

A estreita relação entre a prática da educação étnico racial no espaço escolar e a aplicabilidade da Lei 10639/03 pode ser compreendida no Caderno Temático na abordagem de Nascimento & Lira (2018); Campos & Tebet (2018) e Jesus & Carmo (2018), que identificaram e refletiram sobre os entraves e as possibilidades que permeiam essa reflexão.

No que tange aos tratamentos metodológicos, os trabalhos analisados apresentaram

diversidade, compreendendo estudos de caso do tipo etnográfico, pesquisa-ação, narrativas e história de vida, análises de práticas discursivas, análises de conteúdo, pesquisa bibliográfica. Os métodos de coleta foram diversos: entrevistas, questionários, observação, grupo focal, diário de campo e análise de documentos.

A partir dos levantamentos realizados, cujos resultados foram elencados acima, identificamos grandes eixos nos quais se situam os trabalhos, a saber: a) a implementação da lei 10.639/03 no sistema da Educação Básica; b) Educação Escolar Quilombola, sua implementação, efetividade e práticas docentes; c) formação continuada para docentes da Educação Básica, incluindo a Educação Infantil; d) indicadores de desigualdade no sistema público de educação; e) formação inicial docente; f) imagem e representação; g) práticas discursivas de docentes; h) preconceito racial discursivizado através de documentos escolares; i) práticas pedagógicas antirracistas e j) políticas de ações afirmativas na Educação Básica.

Tais eixos, ao possibilitar novas perspectivas sobre a história dos povos africanos, contribuem para a transformação do sistema educacional, tornando-o mais inclusivo e diversificado a partir de construções e práticas estimuladas pela Lei 10639/03, reparando o processo de apagamento da cultura afro-brasileira.

4. CONCLUSÕES

A intenção deste resumo não foi esgotar todas as possibilidades de análise, mas sim buscar os trabalhos mais relevantes, objetivando realizar um balanço dos desdobramentos da Lei 10.639/03 a partir do levantamento realizado no GT 21 da ANPEd e na ABPN, fóruns relevantes nesta perspectiva e referenciados cientificamente, que têm por finalidade o ensino, pesquisa e extensão acadêmico-científica e que contribuem efetivamente para o combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial.

De forma conclusiva, pode-se constatar que os trabalhos analisados expressam, além da necessidade da ruptura de tendências curriculares eurocêntricas, a preocupação dos pesquisadores em analisar e questionar a aplicação da Lei 10.639/03, que estabelece obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial das redes de ensino.

Os dados revelaram que a categoria multiculturalismo esteve presente nas edições analisadas, tanto da ANPEd quanto na ABPN, identificando abordagens multiculturais de forma implícita e também explícita, em função da polissemia do conceito de multiculturalismo (ANONIMATO, 2018). Recomendamos que futuros estudos possam ser implementados a partir de uma perspectiva multicultural, sobretudo com tendências decoloniais, visando contribuir de maneira eficaz para a implementação da Lei 10.639/03.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 235-250, 2012.

_____, Vera Maria Ferrão. "Ideias Força" do Pensamento de Boaventura Sousa Santos e a

Educação Intercultural." **Educação em Revista** 32.1. p. 15-34. 2016.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças, educação intercultural e decolonialidade: temas insurgentes. In: **Rev. Espaço do Currículo (online)**, João Pessoa, v.13, n. Especial, p. 670-677, dez.,2020.

CARVALHO, Thaís Regina de. Educação das Relações Étnico-Raciais e Políticas de Formação Continuada de Professores/a da Educação Infantil: Experiências de Florianópolis/SC. **38ª Reunião Nacional da ANPEd**. São Luis, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017

IVENICKI, Ana. Multiculturalismo e formação de professores: dimensões, possibilidades e desafios na contemporaneidade. In: **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.26, n.100, p. 1151-1167, 2018.

IVENICKI, Ana. Perspectivas multiculturais para o currículo de formação docente antirracista. In: **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. 32, p. 30-45, maio 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://bityli.com/nfY4m>>.

MIGNOLO, Walter D. In LANDER, Edgardo et al. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales= Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.

MIGNOLO, Walter D. A modernidade é de fato universal?: PINTO, Júlio Roberto de Souza; Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 15, n. 3, p. 381-402, 2015.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes; CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**. 2010.

PEREIRA, Amilcar A; LIMA, Thayara C. Silva de. Performance e Estética nas Lutas do Movimento Negro Brasileiro para Reeducar a Sociedade. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, v. 9, p. 1-30, 2019.

PEREIRA, Amilcar Araujo. Black Lives Matter nos currículos? Imprensa negra e antirracismo em perspectiva transnacional. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 172, p. 122-143, 2019.

RIZZO, Jakellinny G. S.; MARQUES, Eugenia P. S.; O deslocamento epistêmico trazido pelas DCNERER e a formação inicial de professores. **Revista de Educação Pública**, v. 29, p. 1-15, 2020.

TRABALHOS DO GT21 CITADOS NO RESUMO

ALMEIDA, Elizângela Áreas Ferreira. SARAVALI, Marília Eliane Giachetto. Construção de Concepções Étnico-Raciais Africanas em Sala de Aula. **37ª Reunião Nacional da ANPEd**. Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT21-4393.pdf>

OLIVEIRA, Leunice Martins de. Educomunicação para a educação das relações étnicoraciais. **37ª Reunião Nacional da ANPEd**, Florianópolis, 2015. Disponível em : <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT21-4404.pdf>

VAZUNITA, Simone. O que "dizem" as crianças no contexto das políticas de ações afirmativas? **37ª Reunião Nacional da ANPEd**, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT21-4452.pdf>

ARTIGOS DA REVISTA ABPN CITADOS NO RESUMO

Caderno Temático : História e Cultura Africana e Afro-brasileira- Lei 10639/03 na escola .V.10. Ed.Especial (2018): **Revista ABPN**/Maio 2018

CAMPOS, Leonardo Lacerda; DE CAMPOS TEBET, Gabriela Guarnieri. Movimentos Negros e o Direito à Educação das Lutas pelo acesso à implantação da Lei 10.639/2003.no contexto escolar brasileiro. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 10, n. Ed. Especial, p. 355-380, 2018.

DO NASCIMENTO, Alessandro Ribeiro; DA SILVA LIRA, Rafaela Franklin. O ensino de história e cultura afro-brasileira: usos e compreensões da Lei 10.639/03. . **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 10, n. Ed. Especial, 2018

JESUS, Fernando Santos; DA SILVA, Joselina; CARMO, Nicácia Lina. Implementação da lei 10.639: O olhar de um negro intelectual. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 10, n. Ed. Especial, p. 135-158, 2018.